

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
AFRO- BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DA LEI
10.639/2003 NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Antonia Valdenia de Araújo¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é o de se pensar a formação docente para o ensino da História afro-brasileira na educação básica de acordo com os pressupostos da lei 10.639/2003. Este tema requer, como qualquer outro, conhecimento por parte do professor em relação ao conteúdo propriamente dito e aos métodos que devem ser utilizados para se abordar tal proposta de ensino, principalmente levando-se em conta que a mesma ainda é bastante incipiente no sistema educacional brasileiro. Para o desenvolvimento do trabalho, foram aplicados questionários a professores do ensino médio de escolas públicas do estado do Ceará, com o intuito de compreender como essa formação tem sido pensada e ofertada aos docentes. Como fundamentação teórica, acerca das diretrizes do ensino de História e das práticas relacionadas ao ensino de História da África e afro-brasileira, serão discutidas as reflexões de Silva e Guimarães (2012), Guimarães (2009), ORIA (2004), Abreu & Mattos (2008) e ALBERTI (2013).

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino de História afro-brasileira. Educação básica.

Pensando a formação docente:

O ensino de história para as relações étnico-raciais requer, como qualquer outro tema, conhecimento por parte do professor, no que diz respeito ao conteúdo propriamente dito e aos métodos que devem ser utilizados para se abordar tal proposta de ensino. Porém, a formação docente, inicial e continuada, ainda é um problema no sistema educacional brasileiro.

A deficiência da formação inicial decorre principalmente, da organização curricular dos cursos de licenciaturas nas universidades brasileiras, que não prioriza o ensino, voltando-se mais para a pesquisa, ao invés de buscar estabelecer uma relação entre as duas propostas uma vez que um bom professor deve primeiramente ser pesquisador.

Em se tratando dos conteúdos relacionados à história afro-brasileira, essa deficiência é ainda maior, pois apenas no início do século XXI o referido tema passou a fazer parte, em caráter obrigatório, do currículo escolar. Portanto, houve um processo de esquecimento por mais de um século, da história do negro no Brasil e na África, e geralmente o assunto era abordado sob a perspectiva da escravidão. Tal fato contribuiu para que os professores passassem por uma formação inicial que não contemplava as demandas presentes hoje na

¹ Aluna do curso de mestrado profissional em História – Profhistória na Universidade Regional do Cariri-URCA; bolsista da Capes; Professora de História da EEMTI Wilson Gonçalves, aval.araujo@hotmail.com.

construção teórica do tema.

Além dos problemas de base teórica, percebe-se que não há um comprometimento por parte dos órgãos educacionais no sentido de garantir a formação continuada para os professores do ensino básico. Também, faltam recursos e materiais didáticos que abordem o tema dentro das perspectivas atuais e que sirvam de subsídio para o professor realizar um bom trabalho. De acordo com Guimarães,

Atualmente, é preciso considerarmos que a formação e a atuação de profissionais da educação ocupam uma posição estratégica, pois os projetos de melhoria da qualidade do ensino dependem da “qualidade pedagógica” dos professores, e, nesse sentido, é necessário ampliarmos a discussão, para que possamos, de uma vez por todas, romper com as velhas ideias de “reciclagem” e requalificação. (GUIMARÃES, 2003: 73).

Diante dessas inquietações, é necessário sempre reforçar a importância de uma formação de qualidade para os professores, de modo a garantir a profissionalização dos docentes e, como consequência, também a melhoria na qualidade do ensino.

Esse artigo tem como objetivo analisar o processo de formação docente voltado para o ensino de História africana e afro-brasileira na rede estadual de educação do Ceará, a partir de relatos de professores de História que atuam na referida rede. A pesquisa foi realizada no município de Crato que conta com dez escolas estaduais entre regulares, profissionais e escolas em tempo integral. Foram escolhidas seis escolas das quais os docentes de História responderam ao questionário proposto. Dos seis docentes apenas uma tem vínculo temporário, sendo os demais efetivos. Todos são licenciados em História e lecionam a referida disciplina nas séries do ensino médio.

O questionário de modelo semiestruturado foi composto por dez perguntas, de caráter objetivo e discursivo, acerca do ensino de História afro-brasileira nas referidas escolas, especificamente, sobre a formação continuada com vistas a se trabalhar tais elementos no cotidiano da sala de aula. As escolas e os professores não serão identificados na pesquisa.

Importância da formação docente para o ensino de história afro-brasileira:

A lei 10.639, publicada em 9 de janeiro de 2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, lei 9394/96, tornou obrigatório no currículo oficial da educação básica o ensino de história e cultura afro-brasileira, numa tentativa de responder aos anseios da população negra que busca conquistar seu espaço na sociedade brasileira, principalmente a partir do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, e assumindo uma expressão mais significativa e popular no decorrer das últimas décadas do século XX e da

primeira década do século XXI.

De acordo com Fernandes, tais movimentos passam a ganhar importância a partir do final dos anos 1970 através das reivindicações por espaço na sociedade brasileira: — [...] os movimentos de consciência negra, que lutam, em todo o país, contra quaisquer formas de preconceito e discriminação racial, bem como pelo direito à diferença, pautada no estudo e valorização de aspectos da cultura afro-brasileira || (FERNANDES, 2005: 381).

Portanto, a proposta apresentada na supracitada lei não é algo externo à comunidade negra, mas sim uma consequência da própria insatisfação desta, que pode ser percebida desde o período colonial, início do processo de escravização dos africanos e afro-brasileiros. Com o passar dos séculos, a luta contra a escravidão e opressão dos negros ganhou mais importância e novos significados. Após a abolição no final do século XIX, surgiram alguns movimentos de enfrentamento à violência e à exclusão às quais a população negra estava sujeita uma vez que a garantia da liberdade não resultou em igualdade racial e social.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos negros ganham novos adeptos e ocupam outros espaços, como o teatro e os jornais. Com o crescimento do MNU, surgem novos atores em cena. Pessoas que afirmam, não apenas a cor negra, mas uma identidade afro-brasileira impregnada de sentidos que se constituem desde a perspectiva de raça/etnia até as representações culturais, incluindo religiões de matriz africana. Conforme Fernandes:

Apesar da influência marcante da cultura de matriz européia por força da colonização ibérica em nosso país, a cultura tida como dominante não conseguiu, de todo, apagar as culturas indígena e africana. Muito pelo contrário, o colonizador europeu deixou-se influenciar pela riqueza da pluralidade cultural de índios e negros. No entanto, o modelo de organização implantado pelos portugueses também se fez presente no campo da educação e da cultura. (FERNANDES, 2005: 379).

Essas demandas acabam por se fazerem presentes também na área da educação. A Constituição de 1988 prevê um ensino plural que zele pelo respeito à diversidade de qualquer natureza. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 reforça essa proposta. Porém, para os movimentos negros, estas ainda eram iniciativas pouco expressivas, que não garantiam nem o respeito, nem a afirmação de identidades negras, e nem a diminuição do racismo na sociedade.

Com a aprovação da lei 10.639/03, os sistemas educacionais tiveram que adotar novas propostas de ensino que contemplassem o referido tema. No decorrer dos últimos quinze anos após a aprovação da lei, ainda são encontradas muitas dificuldades para se trabalhar a temática afro-brasileira nas escolas. Uma delas, e talvez a mais significativa, é a falta de

programas de formação continuada que possibilitem aos professores uma apropriação acerca da temática e das metodologias e recursos que podem ser empregados para explorá-la.

Segundo Silva e Guimarães:

(...) o papel da formação dos profissionais da área de História, cujo objetivo de trabalho docente é a formação da consciência histórica de crianças e jovens que, no Brasil, experienciam uma realidade marcada por múltiplas diferenças culturais e enormes desigualdades sociais e econômicas. (SILVA e GUIMARÃES, 2012: 22).

Assim, é possível afirmar que a formação inicial dos professores também é deficiente, no que diz respeito ao processo de profissionalização docente e, especificamente em relação à temática afro-brasileira. A principal dificuldade resulta da elaboração do currículo acadêmico, do qual a citada temática só passou a constar a partir da última década.

Vários são os fatores que podem explicar tal fenômeno. Por exemplo, a falta de interesse por conteúdos relacionados à história da África era uma situação recorrente até o início da segunda metade do século XX. Não se pode negar que houve, após esse período, um processo de ressignificação da história da África e dos afro-brasileiros. Atualmente é possível encontrar diversos trabalhos, sejam dissertações, artigos, teses ou livros que abordam a temática. Ou seja, observa-se um crescimento significativo da produção acadêmica nesta área. Apesar disso, a formação docente ainda é bastante incipiente. Algumas universidades oferecem a disciplina de história afro-brasileira como optativa, o que contribui para se colocar à margem do sistema educacional a importância da luta dos movimentos negros por espaço no ambiente escolar e acadêmico, pela valorização de suas práticas e representações culturais, afirmação das identidades e combate ao racismo. Para Alberti — O racismo está entre as questões ditas — sensíveis ou — controversas, por isso ignoradas ou evitadas em sala de aula. Essa questão pode ser enfrentada a partir da desconstrução da imagem do negro como escravo. (ALBERTI, 2013: 36). A partir da formação docente é possível um ensino que vislumbre uma mudança de mentalidade possibilitando ao professor abordar questões até então silenciadas devido à formulação de ideias preconceituosas e estereotipadas.

O problema da formação inicial repercute para além dos muros das universidades, chegando às escolas, espaço onde a lei 10.639 deve ter uma atuação mais significativa. Algumas escolas até dispõem de um bom acervo historiográfico acerca da história do negro no Brasil, abordando principalmente as representações culturais, os vários papéis que os afro-brasileiros desempenharam e desempenham na construção do país. Porém, estas obras não estão disponíveis em quantidade suficiente para se realizar um trabalho em sala com os alunos, servindo apenas para leituras individuais. O resultado é que como ocorre quase

sempre, o professor toma para si a responsabilidade de providenciar materiais didáticos.

Os professores também acabam por se tornarem responsáveis por sua própria formação continuada uma vez que, os órgãos educacionais praticamente não a oferecem, ou ofertam de forma esporádica e dentro de uma lógica que nada acrescenta ao trabalho docente orientado pela lei.

Tais constatações resultam da análise das respostas dos professores às questões propostas para o desenvolvimento do presente artigo. Todos concordaram que a aplicação da lei ainda está muito aquém do que se espera por tratar de temáticas que envolvem diversas formas de preconceitos e ao mesmo tempo de busca por afirmação da identidade afro-brasileira. Os docentes reconhecem os avanços ocorridos principalmente na última década em relação aos conteúdos de história afro-brasileira, porém ressaltam que as ações poderiam e deveriam ser mais significativas uma vez que os africanos e afro-brasileiros foram negligenciados no decorrer de toda a história do Brasil desde sua chegada neste território.

Perguntado aos professores se os mesmos têm conhecimento acerca da Lei 10.639/2003, todos responderam que sim e que a consideram essencial para a educação básica no sentido de se combater o racismo seja na sociedade ou nas próprias instituições, de se perceber os negros como sujeitos de sua própria história que tiveram papel importante no processo de construção da sociedade brasileira, de dar voz a esses personagens durante muito tempo esquecidos e invisibilizados pela historiografia vigente.

Os respondentes apontaram ainda a necessidade de se ensinar história afro-brasileira não apenas pelo viés da escravidão, e de se considerar que a lei foi aprovada em resposta aos anseios da população negra através dos movimentos que ganharam espaço na sociedade brasileira ao longo do século XX.

Em relação à aplicação da lei nas escolas estaduais do Ceará, as opiniões foram diversas. Uma professora afirma que faltam docentes capacitados e materiais para se abordar a temática. Para outra, o assunto é tratado de forma parcial uma vez que a lei ainda é um pouco nova e falta conhecimento acerca dela, e formação adequada para se tratar as questões pertinentes à negritude. Outra professora afirma acreditar que nem todas as escolas aplicam a lei, porém não tem dados suficientes para embasar tal afirmação.

Os demais afirmaram que independentemente dos recursos didáticos e metodológicos que cada professor utilize, a temática é abordada nas diferentes escolas. Embora eu também não tenha dados suficientes sobre o assunto, considero que as escolas de uma forma ou de outra abordam a temática, porém acredito que os conteúdos de história afro-brasileira devem estar definidos de forma mais significativa tanto no currículo como no livro didático.

Todos os respondentes afirmaram que a lei é aplicada em suas respectivas escolas não só pelo fato de se tratar de uma lei, mas porque as instituições se preocupam com o combate ao racismo e com a importância dos negros na sociedade brasileira. De acordo com as respostas todas as escolas, além da abordagem cotidiana do assunto, desenvolvem projetos que visam à integração das referidas temáticas no currículo escolar.

Quando indagados acerca da formação voltada para o ensino de história afro-brasileira, se a Secretaria Estadual da Educação e a Coordenadoria Regional oferecem essas formações, se eles já participaram de algum curso de formação sobre a Lei 10.639/2003, ofertada pelo Estado, e se têm conhecimento de algum plano estadual de educação elaborado com o objetivo de promover as formações, todos os respondentes afirmaram que não existe um compromisso por parte do estado em ofertar as formações, tendo cada um deles participado apenas de uma formação, e que os professores acabam buscando se qualificar por conta própria.

Todos afirmaram que para que a Lei 10.639/2003 seja plenamente aplicada nas escolas estaduais do Ceará faltam recursos como, materiais didáticos adequados, formação docente continuada, até porque trabalhar o assunto não é simplesmente reproduzir o que está no livro didático, tem que se ter todo um cuidado sobre o que se vai ensinar e de que forma o assunto vai ser abordado, de modo a não se repetir ou reforçar estereótipos. Segundo os respondentes, falta iniciativa por parte do estado em tratar essas questões, em perceber a importância do combate ao racismo e a outras formas de preconceito, e em promover um ensino de qualidade. Apontaram ainda, a deficiência da formação inicial uma vez que as licenciaturas não trazem nos currículos um amplo debate que possibilite ao formando se apropriar do assunto de modo adequado, principalmente nos cursos que não fazem parte das ciências humanas nos quais os professores sentem maior dificuldade em abordar os temas. E ainda, falta fortalecer o vínculo entre escolas e universidades de modo que as discussões ocorridas no ambiente acadêmico possam chegar à educação básica.

Sobre a forma como o Livro Didático trata da história e cultura afro-brasileira, os docentes apontaram equívocos conceituais, questões ainda bastante pontuais, ou seja, sem um aprofundamento acerca dos temas, períodos inteiros sem referência alguma aos africanos e afro-brasileiros, e a permanência de conteúdos já existentes antes da aprovação da lei, que só valorizavam as questões voltadas para o passado colonial escravista.

Uma professora mencionou que os livros têm passado por um processo de mudanças, porém ainda há muito a ser respondido para que o ensino da história afro-brasileira de fato contemple as demandas expressas na lei. Um professor afirmou que os livros são analisados

pelo Programa Nacional do Livro Didático e que de uma maneira mais profunda ou mais superficial devem abordar a temática, cabendo ao professor escolher a obra que melhor englobe o assunto.

A última pergunta considerou a necessidade e importância da formação continuada em ensino de História afro-brasileira para a educação. Todos os docentes afirmaram que a formação é essencial, pois capacita os profissionais a trabalharem com questões que ainda não dominam completamente. Afirmaram ainda que é papel do estado ofertar formações na área, e se existem programas de formação que contemplam outras áreas e conteúdo, também deve haver para o ensino de história da África, ou o estado estará negando a importância da temática e o seu próprio papel no cumprimento da lei.

Segundo a análise de um professor geralmente os docentes ficam presos ao cotidiano escolar, o que torna um pouco difícil a busca por novos métodos de ensino. As formações são uma oportunidade de se quebrar essas barreiras uma vez que promovem a integração entre diversos professores, análises de teorias diversas acerca do ensino de História, e uma maior aproximação com as universidades em parceria com a Secretaria da Educação do Estado.

Considerações finais:

Dessa forma, pode-se concluir que a aplicação da lei 10.639/03 no ensino básico ainda está muito aquém do esperado, principalmente pela comunidade negra. É necessário, porém, se ter todo um cuidado para, a partir dos discursos não anular um trabalho que vem sendo desempenhado por diversos professores na última década, que pode ser observado a partir do contato que as escolas estabelecem entre si. Ou seja, é comum que um professor venha a ter conhecimento sobre o trabalho do outro.

Portanto, não é nenhum exagero afirmar que a temática da história afro-brasileira é trabalhada nas unidades de ensino básico, pelo menos em boa parte delas. O que se questiona aqui é a falta de uma proposta ou de propostas por parte do Estado, que promovam discussões, trocas de experiências, construções de novos elementos que possam ser incorporados ao tema, de novos recursos e métodos a serem utilizados nas aulas.

O que se percebe é que este é um tema já bastante explorado em se tratando da necessidade de incluí-lo no ensino básico de forma mais rigorosa, com a desconstrução de estereótipos e preconceitos, e que possa de fato, contribuir para um reconhecimento da presença africana no Brasil a partir do resgate de valores durante muito tempo negligenciados pela historiografia oficial.

Para que haja um reconhecimento das questões raciais e do racismo como elementos

que relegaram os negros a uma posição considerada inferior na sociedade brasileira, é necessário que toda essa problemática seja amplamente discutida nos espaços escolares conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares. De acordo com Abreu e Mattos, — As

— Diretrizes II trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial. (ABREU E MATTOS, 2008: 9).

Portanto, ainda há muito a ser realizado para que de fato a temática seja incorporada amplamente aos currículos escolares. E não tem como haver êxito nessa proposta sem que o professor disponha de meios para discuti-la com seus alunos. Ou seja, todo esse conjunto de ideias deve passar, inevitavelmente pelo processo de formação docente.

REFERÊNCIAS E

FONTES:

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS (ÀS) PROFESSORES (AS)

1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()
2. Você considera esta lei importante? Sim () Não () Porque?
3. Em sua opinião, a referida lei é aplicada nas escolas estaduais do Ceará? Sim () Não () Porque?
4. O ensino de História afro-brasileira é abordado na sua escola? Sim () Não () Porque?
5. A Secretaria Estadual da Educação e/ou a Crede da sua região oferecem formações para o ensino de História afro-brasileira? Sim () Não () Comente a respeito.
6. Você já participou de algum curso de formação sobre a Lei 10.639/2003, ofertada pelo Estado? Sim () Não () Comente a respeito.
7. Você tem conhecimento de algum plano estadual de educação elaborado com o objetivo de promover formações voltadas para o ensino de História afro-brasileira? Sim () Não () Comente a respeito.
8. O que você acha que falta para que a Lei 10.639/2003 seja plenamente aplicada nas escolas estaduais do Ceará?
9. Você considera que o Livro Didático trata da história e cultura afro-brasileira de forma adequada? Sim () Não () Comente a respeito.

10. Você considera que a formação continuada em ensino de História afro-brasileira seja necessária e/ou importante para a educação? Sim () Não () Porque?

TERMO DE COMPROMISSO

Este questionário destina-se a professores da rede estadual do Ceará, efetivos e/ou temporários que se disponham de forma exclusivamente voluntária a respondê-lo. O mesmo será utilizado como fonte para elaboração de um artigo acerca da formação de professores voltada para o ensino de História afro-brasileira nas escolas estaduais do Ceará, que será apresentado no XVI Encontro Estadual de História do Ceará, promovido pela Universidade Federal do Ceará. Adianto que embora alguns dados sejam requisitados, os respondentes não serão identificados. O referido trabalho poderá ser consultado após publicação nos anais do evento.

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Atualmente, qual a disciplina que você leciona?
3. Você leciona em quais turmas?
4. Qual seu vínculo com o estado?

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, M; MATTOS, H. M. **Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

ALBERTI, Verena. **Algumas estratégias para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira** In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs). Ensino de história e culturas Afro-Brasileira e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013 p.27-55.

FERNANDES, J. R. O. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FONSECA, Selva. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, M; FONSECA, S. G. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido.** — 4ª ed. — Campinas: Papirus, 2012.